



*Nesta seção são analisados os últimos dados do mercado de trabalho, que apontam como as políticas dos governos Temer e Bolsonaro - de arrocho fiscal e social - não têm sido capazes de fazer a economia gerar empregos de qualidade para os trabalhadores. Abordam-se também estudos que desmontam os argumentos do governo para forçar a reforma da Previdência (PEC 06/2019), que chegam no momento em que o Ministério da Economia decide colocar sob sigilo as informações que embasam a proposta.*

### Grave situação no mercado de trabalho

A crise no mercado de trabalho atingiu proporções recordes no trimestre de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019, ou seja, já considerando os primeiros meses do governo Bolsonaro. A população subutilizada (27,9 milhões) é recorde da série histórica, com alta de 3,3% (901 mil pessoas a mais) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2018 (27 milhões) e de 2,9% (mais 795 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2018. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Contam como subutilizados as pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial. A pesquisa mostra que também são recordes históricos a população fora da força de trabalho (65,7 milhões) e o número de pessoas desalentadas (4,9 milhões).

Também, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostra que a taxa de desocupação foi de 12,4% no trimestre analisado, subindo 0,9 ponto

percentual em relação ao anterior e considerada estável em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (em que foi de 12,6%). Já a população desocupada chegou a 13,1 milhões no trimestre analisado.

Sobre o emprego formal, medido pelo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), o governo comemorou que em fevereiro/2019 houve um saldo de 173 mil novos postos de trabalho, acima do esperado pelos especialistas e o maior para um fevereiro desde 2014. Para março/2019, no entanto, o saldo veio negativo, ou seja, o Brasil perdeu 43 mil postos, no pior resultado para março desde 2017, pela desaceleração da economia e crise de confiança, que se expressa nas quedas sucessivas de expectativa para o PIB de 2019.

Além disso, o estoque do emprego formal em fevereiro de 2019 (38,6 milhões) atingiu níveis semelhantes ao estoque do emprego formal em fevereiro de 2012 (38,2 milhões). Ou seja, enquanto a população cresceu 8% nos últimos sete anos, o nível de empregos formais não acompanhou. O

ápice deste número, para um mês de fevereiro, foi 2015, quando chegou a 40,7 milhões.

Apesar dos ataques do presidente da República às estatísticas de emprego, afirmando que as medições do IBGE são feitas para enganar a população, observando os centros de grandes cidades brasileiras é possível perceber que a realidade mostrada pelas pesquisas se confirma e se expressa na quantidade de vendedores ambulantes, pedintes e pessoas em situação de rua, que muito aumentou nos últimos anos. Percebe-se que as políticas de arrocho fiscal e social de Temer e Bolsonaro - essencialmente na mesma direção - não têm sido capazes de fazer a economia voltar a crescer e gerar empregos de qualidade.

### Governo cesura críticas à Reforma

Enquanto o governo tomou a decisão de censurar o acesso aos cálculos que baseiam o projeto da reforma da Previdência, bem como análises do Ministério da Economia sobre seus impactos sociais, diversos estudos têm tentado jogar luz sobre aspectos que tenta esconder na discussão sobre o tema.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), por exemplo, lançou diversos estudos em que destrincha como a reforma será negativa para segmentos específicos da população: seu impacto é mais forte para as mulheres, que ficarão ainda mais sobrecarregadas devido à dupla jornada de trabalho (trabalho reprodutivo e produtivo) na sociedade brasileira; os cálculos sobre as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), realizados e divulgados pelo governo, possuem diversos erros que mascaram que a mudança pretendida é pior para os potenciais beneficiários do programa em questão; a previdência chilena, considerada modelo para a capitalização proposta pela equipe de Guedes, gerou uma legião de idosos fora do sistema previdenciário ou pobres,

pois mesmo entre os que conseguem acesso ao benefício muitos recebem valores abaixo do salário mínimo; e a PEC 06/2019 se propõe a ser uma desconstrução completa do modelo previdenciário previsto na Constituição Federal de 1988.

Já os economistas Eduardo Moreira, Paulo Kliass e Eduardo Fagnani elencam 44 pontos importantes para o debate sobre a reforma da Previdência, que não têm sido considerados pelo governo, tais como a falta de consistência dos dados apresentados nos sites oficiais, a retirada de recursos da Previdência Social ao longo de anos para o pagamento de outras despesas do Orçamento (com a Desvinculação das Receitas da União - DRU) e o fato de que até o início da crise econômica em 2015 o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) urbano era superavitário.

As economistas Anelise Manganeli e Daniela Sandi apontam que os débitos junto à Previdência Social ultrapassam o montante de um trilhão de reais, que deveriam, segundo a proposta de Guedes, ser "economizados" com a reforma em dez anos. Luiza Dulci também aponta que a proposta, embutida na PEC 06/2019, de tornar mais difícil o acesso do homem e da mulher do campo à Previdência Social, terá impactos nefastos, como desamparo, violência e êxodo rural.

Assim, diversos especialistas e instituições têm buscado realizar um debate sério e embasado sobre os impactos sociais da reforma da Previdência e as injustiças que esta vai causar ou aprofundar. O governo, por outro lado, ataca quem o questiona com chavões vazios como referências a Cuba ou Venezuela ou afirma que os que não concordam com a proposta devem ser internados (como fez Paulo Guedes em participação recente em audiência no Congresso) e mostra outra faceta autoritária ao restringir o acesso aos dados oficiais sobre a reforma que quer que o Brasil creia ser necessária.